

PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114º DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 23 de setembro de 2004 - Nº 180

TERESINA - PIAUÍ

Governo garante a compra de produtos de pequenos produtores

O Projeto de Compra Direta Local, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fez, nesta última terça-feira, a primeira doação de produtos no Centro Social Urbano (CSU) do Parque Piauí. Melancia, abóbora, inhame, rapadura e polpa de frutas foram os primeiros produtos doados pelo projeto.

Além do CSU do Parque Piauí, foi também contemplada a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC). No Piauí, o projeto está sendo operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Programa Fome Zero e Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC).

O Projeto Compra Direta Local faz parte do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo objetivo é comprar a produção dos pequenos agricultores a preço de mercado. Essa iniciativa revela-se como uma forma de incentivo à produção e garante a comercialização dos produtos de pequenos agricultores.





Nesta primeira etapa, foram compradas 50 toneladas de melancia de mais de 30 agricultores da região irrigada de Caldeirão, no município de Piripiri. Já a abóbora está sendo adquirida dos agricultores de comunidades negras e quilombolas de Amarante e São Raimundo Nonato. O inhame e a rapadura vêm dos agricultores de Valença do Piauí e Boa Hora, enquanto a polpa de frutas está sendo comprada de uma associação de pequenos produtores de José de Freitas.

Segundo a coordenadora estadual do Programa Fome Zero, Genilda Marques, um dos principais objetivos do projeto, que vem sendo executado em nível nacional, é incentivar as famílias a adquirirem produtos da agricultura familiar, além de garantir o acesso à alimentação saudável como forma de segurança alimentar. "Quando adquirimos produtos cultivados por nossos pequenos agricultores, temos a garantia de um alimento saudável. Isso também nos possibilita acompanhar aquela produção de forma adequada através de técnicos do EMATER", frisou a coordenadora.

Orçamento da CODEVASF para o Piauí fica dez vezes maior

Os números do Orçamento Geral da União para 2005, enviados ao Congresso Nacional e divulgados esta semana, revelam que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) aumentará dez vezes o seu valor de aplicação no Vale do Parnaíba. De R\$ 3 milhões aprovados em 2004, a Companhia terá R\$ 30 milhões em 2005 para o Estado do Piauí.

Além desse valor, há ainda, a expectativa de R\$ 26 milhões provenientes de recursos de emendas parlamentares individuais e de bancada, semelhante ao que já aprovado para 2004. Essas emendas são apresentadas pelos deputados federais do Piauí para que a CODEVASF faça investimentos no Vale do Parnaíba. Somados os números do orçamento com os valores das emendas parlamentares, a CODEVASF vai investir, somente no Estado, R\$ 56 milhões.

Com a aprovação do orçamento de 2005, a CODEVASF vai trabalhar com alguns

projetos prioritários. A execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP) e o zoneamento ecológico-econômico, que custarão R\$1,641 milhão, estão entre as metas da empresa para o próximo ano. Em relação às obras, podemos destacar a adutora do sudeste piauiense, orçada em R\$ 6 milhões; os perímetros de irrigação de Colônia (R\$1,180 milhão); e Jenipapo (R\$ 1,280milhão), além dos projetos-piloto de irrigação em Santa Rosa e Marrecas, que juntos terão um investimento de R\$ 2,560 milhões.

Em 2005, a CODEVASF estará assumindo a operacionalização de alguns projetos de irrigação do DNOCS, já tendo garantido recursos de R\$ 10,100 milhões, que podem ser aumentados, dependendo da necessidade. No total, o Ministério da Integração Nacional garantiu à CODEVASF, uma transferência de gestão de R\$ 16 milhões para aplicação de projetos e obras do Vale do Parnaíba, que representam um reforço no orçamento.

Colonização agrícola do Sul do Estado é discutida em Brasília

O governador Wellington Dias esteve reunido em Brasília com representantes da Cooperativa Mista do Rio Grande do Sul, ocasião em que foi discutida a implantação do projeto de colonização agrícola da região Sul do Estado do Piauí para o plantio de soja, milho, arroz e feijão nos municípios de Santa Filomena, Gilbués, Ribeiro Gonçalves, Barreiras do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia e Bom Jesus, podendo ainda serem desenvolvidas outras culturas agrícolas.

O projeto prevê a celebração de uma parceria público-privada entre o Governo do Estado e empresários gaúchos tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região, oferecendo todas as condições de infra-estrutura necessária para desenvolver as potencialidades do Sul do Estado. O Governo entra com o estudo sobre a regularização fundiária e os empreendedores sulistas participam trazendo os investimentos de ponta para o Piauí.

Pelo que ficou acordado entre as partes, será plantada uma área de 358 mil

hectares, divididas em 600 lotes de 500 hectares para cada colono, onde serão produzidas 16 milhões de sacas de soja por ano, que traduzidas em números significa um montante R\$ 644 milhões de reais/ano com 5.500 empregos diretos em obras e 12.500 empregos diretos em produção. Os gaúchos se comprometeram ainda a financiar toda a infra-estrutura como a instalação de mercados, bancos, estradas, farmácias, açougues, restaurantes, hotéis, escolas, creches, correios e corpo de bombeiro.

O encontro do governador Wellington Dias com os representantes do empresariado gaúcho no setor de cooperativas foi antecipadamente agendado pelo secretário Roberto John que ficou de tratar com o presidente do Interpi, Francisco Guedes, sobre os desdobramentos da parceria. Em breve será criado um grupo de trabalho entre as partes para tratar do plano de zoneamento ecológico-econômico a fim de dinamizar rapidamente a implantação de mais um projeto de desenvolvimento para o Piauí.

SASC implanta Sistema de Informação sobre adolescentes



Ananias Cruz da SASC

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) implantou o Sistema de Informação para Infância e Adolescentes (SIPIA) e iniciou, ontem, quarta-feira, 22, no auditório do órgão, a primeira capacitação para conselheiros de direito e tutelares. O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

No Piauí, ele vai funcionar como um banco de dados, com monitoramento contínuo da situação de proteção á criança e ao adolescente, sob a ótica da violação e do ressarcimento de direitos, sendo alimentado pelo conselho tutelar de cada município e totalizado pela coordenação estadual.

Segundo o coordenador do sistema, funcionário da Unidade de Atendimento Sócio-Educativo da SASC, Ananias Pereira Cruz, o SIPIA está sendo implantado para a potencialização das ações dos conselheiros tutelares através de um processo permanente de formação e de construção de conhecimentos com base na ação-reflexão-ação.

Entre os diversos temas abordados na capacitação, destacam-se: O direitos fundamentais e a política de atendimento na promoção da cidadania; O papel do estado e da sociedade para efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente e Ação e procedimentos dos conselhos de direito e tutelares para o fortalecimento do sistema. "O banco de dados poderá ser visualizado em todo o País e, a partir das denúncias registradas, os conselheiros poderão ter controle de como proceder diante delas", informou Ananias Cruz.